

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

e adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais dos acionistas do BANCO DO BRASIL e MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do Value at Risk (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituiram-se os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de riscos e controles internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, adiante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento da Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar à Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles

internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alcadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os comitês têm em seus atribuições a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuaos colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de seguro:** A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma relevante, em cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza do contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que o previsto neste estudo de liquidez. O monitoramento de tais situações é realizado através de análises históricas e demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é gerenciada através de instrumentos financeiros que possuem importância significativa para o balanço. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio bruto e líquido de resseguro.

| Bruto de Resseguro | 2012 | | | | 2011 | | | | | |
|--------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|----------------|------------------|------------------|---------------|---------------|------------------|
| | Auto | Demais | DPVAT | Vida | Total | Auto | Demais | DPVAT | Vida | Total |
| Centro Oeste | 3,80% | 1,30% | 0,10% | 0,00% | 5,20% | 199,641 | 66,981 | 6,897 | 475 | 273,993 |
| Nordeste | 5,60% | 0,90% | 0,20% | 0,40% | 7,10% | 199,017 | 47,862 | 12,313 | 18,981 | 377,173 |
| Norte | 1,10% | 0,20% | 0,10% | 0,00% | 1,40% | 59,497 | 11,937 | 3,712 | 71 | 75,217 |
| Sudeste | 50,10% | 22,20% | 3,50% | 0,00% | 73,40% | 2.650,207 | 1.178,250 | 48,165 | 14,393 | 3.894,016 |
| Sul | 9,10% | 3,50% | 0,30% | 0,00% | 12,90% | 485,069 | 184,367 | 14,335 | 397 | 684,168 |
| Total | 69,80% | 28,00% | 1,60% | 0,60% | 100,00% | 3.700.430 | 1.487.396 | 82.423 | 34.317 | 5.304.567 |

| Líquido de Resseguro | 2012 | | | | 2011 | | | | | |
|----------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|----------------|------------------|----------------|---------------|---------------|------------------|
| | Auto | Demais | DPVAT | Vida | Total | Auto | Demais | DPVAT | Vida | Total |
| Centro Oeste | 4,40% | 0,60% | 0,20% | 0,00% | 5,10% | 199,289 | 24,857 | 6,897 | 462 | 231,505 |
| Nordeste | 6,60% | 0,60% | 0,30% | 0,40% | 7,90% | 297,746 | 27,929 | 12,313 | 18,971 | 356,958 |
| Norte | 1,30% | 0,20% | 0,10% | 0,00% | 1,60% | 59,469 | 6,912 | 3,712 | 70 | 70,162 |
| Sudeste | 58,80% | 11,60% | 1,00% | 0,30% | 71,60% | 2.653.444 | 521,322 | 45,166 | 12,748 | 3.232.680 |
| Sul | 10,70% | 2,70% | 0,30% | 0,00% | 13,80% | 484,848 | 121,899 | 14,335 | 352 | 621,434 |
| Total | 81,90% | 15,60% | 1,80% | 0,70% | 100,00% | 3.694.796 | 702.918 | 82.423 | 32.603 | 4.512.740 |

| Bruto de Resseguro | 2012 | | | | 2011 | | | | | |
|--------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|----------------|------------------|------------------|---------------|---------------|------------------|
| | Auto | Demais | DPVAT | Vida | Total | Auto | Demais | DPVAT | Vida | Total |
| Centro Oeste | 2,30% | 1,50% | 0,20% | 0,10% | 4,00% | 79,629 | 52,954 | 6,347 | 2,987 | 140,217 |
| Nordeste | 4,20% | 1,50% | 0,30% | 0,50% | 6,50% | 145,470 | 51,234 | 10,939 | 16,983 | 226,326 |
| Norte | 0,80% | 0,40% | 0,10% | 0,00% | 1,20% | 26,434 | 13,172 | 2,944 | 0 | 42,549 |
| Sudeste | 40,90% | 32,50% | 1,10% | 0,20% | 74,70% | 1.425,708 | 1.130,707 | 38,984 | 7,583 | 2.602,982 |
| Sul | 8,50% | 4,60% | 0,40% | 0,00% | 13,50% | 1,973,416 | 1,606,146 | 13,918 | 0 | 471,476 |
| Total | 56,70% | 40,40% | 2,10% | 0,80% | 100,00% | 1.973.876 | 1.408.214 | 73.131 | 27.553 | 3.483.550 |

| Líquido de Resseguro | 2012 | | | | 2011 | | | | | |
|----------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|----------------|------------------|----------------|---------------|---------------|------------------|
| | Auto | Demais | DPVAT | Vida | Total | Auto | Demais | DPVAT | Vida | Total |
| Centro Oeste | 2,78% | 0,60% | 0,22% | 0,10% | 3,71% | 79,324 | 17,155 | 6,347 | 2,987 | 105,813 |
| Nordeste | 5,09% | 0,60% | 0,30% | 0,50% | 7,07% | 128,247 | 28,247 | 10,939 | 16,983 | 204,116 |
| Norte | 0,92% | 0,22% | 0,10% | 0,00% | 1,25% | 26,330 | 6,328 | 2,944 | 0 | 35,602 |
| Sudeste | 50,06% | 21,40% | 1,37% | 0,27% | 73,10% | 1.427,137 | 610,122 | 38,984 | 7,583 | 2.083,826 |
| Sul | 10,43% | 3,96% | 0,49% | 0,00% | 14,88% | 1,997,215 | 1,113,010 | 13,918 | 0 | 424,142 |
| Total | 69,29% | 27,18% | 2,57% | 0,97% | 100,00% | 1.975.253 | 774.862 | 73.131 | 27.553 | 2.850.799 |

Sensibilidade do risco de seguro: As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **(a) Provisões técnicas:** 1) Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. O fator utilizado para essa empresa com base nos estudos realizados foi de 22,31%. 2) Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) para seguros de curto prazo (a3): Simulamos como um agravamento de 5% na premissa de sinistralidade da PIP afetaria o Resultado e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Os resultados obtidos demonstraram que mesmo com a elevação de 5% na sinistralidade, a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é mais que suficiente para cobertura dos sinistros e despesas futuras. **(b) Sinistralidade:** simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira teria impactado o Resultado e Patrimônio Líquido em 31/12/2011 e 31/12/2012, respectivamente. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

| Fator de Risco | Total | Sensibilidade | 2012 | | 2011 | |
|------------------------------|---------|---|---|---|---|---|
| | | | Impacto no patrimônio líquido/Resultado | Impacto no patrimônio líquido/Resultado | Impacto no patrimônio líquido/Resultado | Impacto no patrimônio líquido/Resultado |
| a. Provisões Técnicas | | Alteração das principais premissas das provisões técnicas Coeficiente de Variação | (21.366) | | (7.066) | |
| a1. IBNR | Aumento | dos Fatores de IBNR | (21.366) | | (7.066) | |
| b. Sinistralidade | Aumento | na sinistralidade | (103.848) | | (96.954) | |

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de risco a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa etária de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a resseguradora do Grupo MAPFRE. **Gerenciamento do risco de crédito:** Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, conforme demonstrado a seguir:

| Fator de Risco | Total | Sensibilidade | 2012 | | 2011 | |
|------------------------------|---------|---|---|---|---|---|
| | | | Impacto no patrimônio líquido/Resultado | Impacto no patrimônio líquido/Resultado | Impacto no patrimônio líquido/Resultado | Impacto no patrimônio líquido/Resultado |
| a. Provisões Técnicas | | Alteração das principais premissas das provisões técnicas Coeficiente de Variação | (21.366) | | (7.066) | |
| a1. IBNR | Aumento | dos Fatores de IBNR | (21.366) | | (7.066) | |
| b. Sinistralidade | Aumento | na sinistralidade | (103.848) | | (96.954) | |

Rating dos resseguradores dos contratos facultativos

| Tipo de ressegurador | Nome do ressegurador | % de Cessão | Rating |
|----------------------|--|----------------|--------|
| Local | IRB Brasil Resseguros S.A. | 33,00% | não há |
| Local | Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros | 12,85% | não há |
| Local | Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. | 0,70% | não há |
| Local | Ace Resseguradora S.A. | 0,47% | não há |
| Local | Austral Resseguradora S.A. | 0,17% | não há |
| Local | XL Resseguros Brasil S.A. | 0,00% | não há |
| Admitido | Lloyds | 9,85% | A+ |
| Admitido | Mapfre Re Companhia de Resseguros S.A. | 27,50% | A |
| Admitido | Allianz Global Corporate & Specialty Ag | 2,10% | AA- |
| Admitido | Factory Mutual Insurance Company | 1,90% | A+ |
| Admitido | American Home Assurance Company | 1,81% | A+ |
| Admitido | Hannover Rückversicherung Ag | 1,66% | AA- |
| Admitido | Torus Specialty Insurance Company | 0,70% | A- |
| Admitido | Swiss Reinsurance America Corporation | 0,39% | AA- |
| Admitido | Partner Re Reinsurance Europe Limited | 0,37% | A+ |
| Admitido | Liberty Mutual Insurance Company | 0,30% | A |
| Admitido | Swiss Reinsurance Company | 0,26% | AA- |
| Admitido | Scor Reinsurance Company | 0,17% | A+ |
| Admitido | Royal & Sun Alliance Insurance Plc | 0,10% | A+ |
| Admitido | Odyssey America Reinsurance Corporation | 0,08% | A |
| Admitido | Ace Tempest Reinsurance Ltd. | 0,05% | AA- |
| Admitido | Transatlantic Reinsurance Company | 0,05% | A+ |
| Admitido | Scor Global Life U.S. Reinsurance Company | 0,04% | A+ |
| Admitido | Zurich Insurance Company | 0,03% | AA- |
| Admitido | XL Re Latin America Ltd. | 0,02% | A |
| Admitido | Mitsui Sumitomo Insurance Company, Limited | 1,46% | A+ |
| Eventual | General Insurance Corporation of India | 1,11% | A |
| Eventual | National Liability & Fire Insurance Company | 0,39% | AA+ |
| Eventual | Zurich Insurance Public Limited Company | 0,31% | AA- |
| Eventual | Houston Casualty Company | 0,31% | AA |
| Eventual | Munchnher Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft in München | 0,28% | AA- |
| Eventual | Mapfre Re Companhia de Resseguros S.A. | 0,00% | A |
| Eventual | Liberty Mutual Insurance Europe Limited | 0,24% | A |
| Eventual | Axa Corporate Solutions Assurance | 0,21% | A+ |
| Eventual | Hyundai Marine & Fire Insurance Co. | 0,16% | BBB+ |
| Eventual | HDI-Gerling Industrie Versicherung Ag | 0,13% | A+ |
| Eventual | Aspen Insurance UK Limited | 0,13% | A |
| Eventual | Navigator Insurance Company | 0,11% | A |
| Eventual | Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd. | 0,09% | AA- |
| Eventual | Ace Property and Casualty Insurance Company | 0,09% | AA- |
| Eventual | Sirius International Insurance Corporation | 0,07% | A- |
| Eventual | Infrastrure Ltd. | 0,06% | A- |
| Eventual | HCC International Insurance Company Plc | 0,04% | AA |
| Eventual | Mitsui Sumitomo Insurance Company of America | 0,04% | AA |
| Eventual | Assicurazioni Generali S.P.A. | 0,04% | A |
| Eventual | Axix Re Limited | 0,03% | A+ |
| Eventual | W.R. Berkley Insurance (Europe) Limited | 0,02% | A+ |
| Eventual | Korean Reinsurance Company | 0,02% | A- |
| Eventual | Allied Global Corporate & Specialty Ag | 0,02% | A |
| Eventual | Samsung Fire & Marine Insurance Co., Ltd. | 0,01% | A+ |
| Eventual | Sompo Japan Insurance Inc. | 0,00% | A+ |
| Eventual | Tokio Marine Global Ltd. | 0,00% | AA- |
| Total | | 100,00% | |

| Grupo de ramos | Ramos | Limite de retenção |
|--------------------|--|--------------------|
| Patrimonial | 12, 14, 15, 16, 18, 41, 67, 71, 73, 95, 96 | 3.000.000 |
| Riscos Especiais | 34 | 2.000.000 |
| Responsabilidades | 10, 78 | 2.500.000 |
| | 13, 51 | 3.000.000 |
| Automóvel | 20, 24, 25, 31, 88 | 2.500.000 |
| | 42, 53 | 3.000.000 |
| Transportes | 21, 22, 32, 38, 44, 52, 54, 55, 56 | 5.000.000 |
| | 28 | 3.000.000 |
| Riscos Financeiros | 46, 75, 76 | 2.500.000 |
| | 48 | 9.000.000 |
| Pessoas Coletivas | 29, 82, 93 | 2.500.000 |
| | 84, 87 | 700.000 |
| Habitacional | 61, 65 | 700.000 |
| | 1, 7, 62 | 2.500.000 |
| Rural | 3 | 700.000 |
| | 30 | 3.000.000 |
| Pessoas Individual | 29, 81 | 2.000.000 |
| | 84, 87 | 700.000 |
| Marítimos | 17, 33 | 2.500.000 |
| | 28 | 3.000.000 |
| Aeronáuticos | 25, 28 | 3.000.000 |
| | 35, 37, 97 | 2.000.000 |

| Grupo de Ramos | 2012 | | | | 2011 | | | | | |
|------------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|---------------|---------------|---------|--------|-----------|---------|
| | Auto | Demais | DPVAT | Vida | Total | Auto | Demais | DPVAT | Vida | Total |
| Automóvel | 3.700.430 | 1.973.876 | 5.635 | 1.726 | 99,85% | 79.324 | 17.155 | 6.347 | 2.987 | 105.813 |
| Patrimonial | 743.933 | 775.469 | 413.234 | 356.836 | 44,45% | 128.247 | 28.247 | 10.939 | 16.983 | 204.116 |
| Transportes | 275.951 | 250.955 | 38.720 | 946 | 85,97% | 26.330 | 6.328 | 2.944 | 0 | 35.602 |
| Marítimos/Aeronáuticos | 28.274 | 163.058 | 27.987 | 148.140 | 1,01% | 161.375 | 129.140 | 78.405 | 59.940 | 51,41% |
| Rural | 161.242 | 73.409 | 1.178,250 | 67.490 | 37,78% | 42,7% | 161.242 | 73.409 | 1.178,250 | 67.490 |
| Total | 5.071.205 | 3.409.642 | 664.395 | 635.078 | 86,90% | 81,40% | | | | |

| Ramos | Tipo de Resseguro | Modalidade de Resseguro | Prioridade | Faixa | Prêmio Emitido Líquido* | | | Retenção% |
|-------|-------------------|-------------------------|------------|-------|---|------|------|-----------|
| | | | | | 2012 | 2011 | 2012 | |
| 01 | automático | Stoploss | 150% | 300% | 11, 14, 16, 18, 30, 41, 61, 62, 63, 65, 6 | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

7. OPERAÇÕES DE RESSEGUROS

| | 2012 | 2011 |
|---|----------------|----------------|
| a) Ativo | | |
| Recuperação de sinistros | 217.535 | 17.304 |
| (-) Provisão para riscos de créditos com resseguradores | (17.304) | (17.304) |
| Total | 200.231 | - |
| b) Passivo | | |
| Prêmios cedidos | 72.879 | 86.178 |
| Outros | 8.952 | 37.297 |
| Total | 81.831 | 123.475 |

9. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS

| Empresa | Capital social | Patrimônio líquido ajustado para equivalência patrimonial (1) | Participação (%) | Número de ações | Valor contábil 31/12/2011 | Dividendos | Equivalência Patrimonial 31/12/2012 | Valor contábil 31/12/2012 |
|------------------------------------|----------------|---|------------------|-----------------|---------------------------|-----------------|-------------------------------------|---------------------------|
| MAPFRE Affinity S/A | 385.075 | 420.126 | 100% | 1.400.133.483 | 399.450 | (33.700) | 54.376 | 420.126 |
| MAPFRE Assistência S/A | 200 | 1.776 | 100% | 100.000 | 175 | - | 1.601 | 1.776 |
| Total dos Investimentos (2) | 385.275 | 421.902 | - | - | 399.625 | (33.700) | 55.977 | 421.902 |

(1) As informações referem-se ao PL de dezembro/2012. (2) Investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT R\$ 433 mil - Total de investimentos R\$ 422.335 mil.

10. IMOBILIZADO

| | Taxa Anual de Depreciação | Saldo em 31 de dezembro de 2011 | Adições | Baixas | Depreciação | Saldo em 31 de dezembro de 2012 |
|-------------------------------|---------------------------|---------------------------------|---------------|---------------|-----------------|---------------------------------|
| Imóveis de uso próprio | 4% | 39.850 | 217 | - | (1.777) | 38.290 |
| Equipamentos | 10% | 17.176 | 6.480 | 18.044 | (6.544) | 35.156 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10% | 12.207 | 230 | - | (2.715) | 9.722 |
| Veículos | 20% | 3.984 | 1.107 | (204) | (2.141) | 2.746 |
| Outras Imobilizações | 10% a 20% | 5.760 | 2.154 | - | (2.834) | 5.080 |
| Total | | 78.977 | 10.188 | 18.840 | (16.011) | 90.994 |

| | Taxa Anual de Depreciação | Saldo em 31 de dezembro de 2010 | Adições | Baixas | Depreciação | Saldo em 31 de dezembro de 2011 |
|-------------------------------|---------------------------|---------------------------------|--------------|--------------|-----------------|---------------------------------|
| Imóveis de uso próprio | 4% | 39.115 | 2.287 | - | (1.552) | 39.850 |
| Equipamentos | 10% | 22.491 | 2.485 | (6) | (7.794) | 17.176 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10% | 13.992 | 904 | - | (2.689) | 12.207 |
| Veículos | 20% | 6.686 | 187 | (488) | (2.401) | 3.984 |
| Outras Imobilizações | 10% a 20% | 10.245 | (157) | - | (4.328) | 5.760 |
| Total | | 92.529 | 5.706 | (494) | (18.764) | 78.977 |

11. INTANGÍVEL

| | 2012 | 2011 |
|--------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 100.032 | 61.684 |
| Adições | 32.813 | 51.249 |
| Amortizações | (14.382) | (12.901) |
| Saldo final | 118.463 | 100.032 |

13. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

| Provisões Técnicas - Seguros | Saldo em 31/12/2011 | Reversões | Constituições | Atualizações | Pagamentos | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---------------------|--------------------|------------------|--------------|--------------------|---------------------|
| Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE) | 1.882.461 | (4.994.581) | 5.920.269 | - | - | 2.808.149 |
| Provisão de sinistros a liquidar | 867.411 | (567.607) | 3.407.161 | 4.820 | (2.487.560) | 1.224.225 |
| Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR | 104.371 | - | 67.435 | - | - | 171.806 |
| Outras provisões (PCP) | 94.971 | (63.318) | - | - | - | 31.653 |
| Outras provisões (excluído PCP) | - | - | 35.406 | - | - | 35.406 |
| Total das provisões técnicas | 2.949.214 | (5.625.506) | 9.430.271 | 4.820 | (2.487.560) | 4.271.239 |

| Provisões Técnicas - Resseguros | Saldo em 31/12/2010 | Reversões | Constituições | Atualizações | Pagamentos | Saldo em 31/12/2011 |
|---|---------------------|------------------|------------------|--------------|------------------|---------------------|
| Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE) | 295.464 | (795.058) | 899.940 | - | - | 400.346 |
| Provisão de sinistros a liquidar | 361.449 | (76.903) | 400.637 | - | (353.763) | 331.420 |
| Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR | 14.526 | - | 20.995 | - | - | 35.521 |
| Outras provisões (PCP) | 12.996 | - | 2.811 | - | - | 15.807 |
| Total das provisões técnicas | 684.435 | (871.961) | 1.324.383 | - | (353.763) | 783.094 |

| Custo de aquisição diferido | Saldo em 31/12/2010 | Reversões | Constituições | Atualizações | Pagamentos | Saldo em 31/12/2011 |
|---|---------------------|--------------------|------------------|--------------|--------------------|---------------------|
| Provisões Técnicas - Seguros | 408.412 | (3.594.201) | 3.967.347 | 83.587 | - | 491.999 |
| Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE) | 1.509.315 | (3.594.201) | 3.967.347 | - | - | 1.882.461 |
| Provisão de sinistros a liquidar | 620.998 | (433.097) | 2.282.571 | - | (1.603.061) | 867.411 |
| Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR | 56.093 | - | 48.278 | - | - | 104.371 |
| Outras provisões (PCP) | 96.986 | (2.014) | (1) | - | - | 94.971 |
| Total das provisões técnicas | 2.283.392 | (4.029.312) | 6.298.195 | - | (1.603.061) | 2.949.214 |

| Provisões Técnicas - Resseguros | Saldo em 31/12/2010 | Reversões | Constituições | Atualizações | Pagamentos | Saldo em 31/12/2011 |
|---|---------------------|------------------|----------------|--------------|------------------|---------------------|
| Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE) | 264.102 | (336.634) | 367.996 | - | - | 295.464 |
| Provisão de sinistros a liquidar | 166.179 | (41.314) | 471.246 | - | (234.662) | 361.449 |
| Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR | 3.892 | - | 10.634 | - | - | 14.526 |
| Outras provisões (PCP) | 10.498 | - | 2.498 | - | - | 12.996 |
| Total das provisões técnicas | 444.671 | (377.948) | 852.374 | - | (234.662) | 684.435 |

14. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

(Valores em Milhares de Reais)

Montante estimado para os sinistros

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| • No ano da ocorrência | 642.819 | 694.418 | 912.846 | 1.065.543 | 1.211.213 | 2.090.911 | 2.196.668 | 8.814.418 |
| • Um ano após a ocorrência | 633.002 | 683.429 | 876.856 | 1.031.045 | 1.252.953 | 2.211.145 | - | 6.688.430 |
| • Dois anos após a ocorrência | 640.294 | 684.062 | 882.447 | 1.053.046 | 1.279.027 | - | - | 4.538.876 |
| • Três anos após a ocorrência | 643.845 | 689.814 | 886.394 | 1.050.755 | - | - | - | 3.270.808 |
| • Quatro anos após a ocorrência | 648.005 | 694.981 | 897.794 | - | - | - | - | 2.240.780 |
| • Cinco anos após a ocorrência | 652.503 | 697.708 | - | - | - | - | - | 1.350.211 |
| • Seis anos após a ocorrência | 657.300 | - | - | - | - | - | - | 657.300 |
| Estimativa dos sinistros na data-base | 657.300 | 697.708 | 897.794 | 1.050.755 | 1.279.027 | 2.211.145 | 2.196.668 | 8.990.397 |
| Pagamentos de sinistros efetuados | 643.164 | 680.495 | 871.445 | 1.028.868 | 1.238.939 | 2.098.446 | 1.534.046 | 8.095.403 |
| Passivo representado no quadro | 14.136 | 17.213 | 26.349 | 21.887 | 40.088 | 112.699 | 662.622 | 894.994 |

Passivo em relação a anos anteriores a 2006

Passivos relacionados à Retrocessão e DPVAT

Total de Passivo de Sinistros

15. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

| | 2012 | 2011 |
|---|------------------|------------------|
| Provisões técnicas | 4.271.239 | 2.949.214 |
| Cobertura de comercialização - Extensão de garantia | (144.338) | (167.160) |
| Parcela correspondente a resseguros contratados | (783.094) | (667.428) |
| Direitos creditórios | (960.634) | (674.390) |
| Provisões retidas pelo IRB | (146) | (188) |
| Depósitos judiciais | (550) | (68) |
| DPVAT | (84.578) | (63.947) |
| Total a ser coberto | 2.297.899 | 1.376.033 |

Provedores em cobertura:

| | 2012 | 2011 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Quotas e fundos de investimentos | 2.301.844 | 1.540.155 |
| Títulos de renda fixa - públicos | 12.385 | 73.860 |
| Títulos de renda fixa - privados | 139.636 | 109.594 |
| Total | 2.453.865 | 1.723.609 |

Suficiência

| | 2012 | 2011 |
|--|---------|---------|
| | 155.966 | 347.575 |

16. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros:

| | 2012 | 2011 |
|--------------|-------|---------|
| PSL Judicial | 8.030 | 211.350 |
| Provável | 8.030 | 211.350 |

b) Composição das ações por ano:

| Ano de abertura | Quantidade | 2012 Judicial | 2011 Judicial |
|-----------------|--------------|----------------|---------------|
| Até 2000 | 224 | 11.259 | 251 |
| 2001 | 79 | 1.954 | 101 |
| 2002 | 107 | 4.532 | 134 |
| 2003 | 155 | 4.759 | 159 |
| 2004 | 237 | 7.750 | 269 |
| 2005 | 323 | 21.781 | 353 |
| 2006 | 473 | 16.776 | 531 |
| 2007 | 592 | 20.527 | 714 |
| 2008 | 939 | 23.039 | 1.033 |
| 2009 | 1.192 | 27.155 | 1.271 |
| 2010 | 1.317 | 28.364 | 1.254 |
| 2011 | 1.557 | 28.143 | 668 |
| 2012 | 835 | 15.491 | - |
| Total | 8.030 | 211.350 | 6.738 |

c) Movimentação das provisões para ações judiciais:

| | 2012 | 2011 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo no início do período | 168.284 | 132.481 |
| Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período | (6.211) | (4.176) |
| Quantidade de ações pagas no período | 2.008 | 1.372 |
| Novas constituições no período | 52.085 | 37.684 |
| Quantidade de ações referentes a novas constituições no período | 2.421 | 2.674 |
| Novas constituições referente a citações do exercício base no questionário trimestral | (6.211) | (4.176) |
| Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades | 21.650 | 20.645 |
| Alteração da provisão por atualização monetária e juros | (6.211) | (4.177) |
| Saldo final do período | 211.350 | 168.284 |

17. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

a) Composição:

| Natureza | Provisões judiciais | | Depósitos judiciais | |
|--------------|---------------------|----------------|---------------------|--------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Fiscal | 539.045 | 412.792 | 176 | 260 |
| COFINS | 499.657 | 389.355 | - | - |
| PIS | 39.388 | 23.353 | - | - |
| Outros | - | 84 | 176 | 260 |
| Trabalhista | 7.126 | 6.047 | 7.932 | 7.932 |
| Cível | 4.000 | 312 | 312 | 312 |
| Total | 550.171 | 422.839 | 8.420 | 8.504 |

"Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial" somam R\$ 550 mil (R\$ 67 mil em 2011). PIS e COFINS - A Seguradora discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as Seguradoras pela COFINS e aumentou a base de cálculo do PIS. Em setembro de 1999 a Seguradora impetrou Mandado de Segurança objetivando afastar as alterações trazidas na cobrança da COFINS impostas pela Lei 9.718/98 e obteve liminar para a suspensão da exigibilidade das cobranças. Em junho de 2000 foi proferida a sentença favorável e em novembro de 2000 a União Federal apresentou Recurso de Apelação. Em novembro de 2005 o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedir similares (RE nºs. 346.084/PR, 390.840/MG, 357.950/RS e 358.273/RS), decidiu que a contribuição somente pode ser exigida sobre receitas provenientes do faturamento, conforme definido em Lei Complementar nº 70/91, declarando inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas previstas no §1º, do artigo 3º, da Lei nº 9.718/98. No que pese o entendimento do STF, a Seguradora vinha realizando a provisão dos valores na sua totalidade, nos termos da referida Lei. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de provisionar o PIS e a COFINS sobre as receitas financeiras, passando a considerar o tributo apenas sobre o faturamento. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGN/CAT/nº 2.773/2007, a Seguradora reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela, referente ao período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 97.737 mil, enquanto que o montante de PIS é de R\$ 5.658 mil, (2011 R\$ 81.956 mil de COFINS e R\$ 3.557 mil de PIS). Os valores não recolhidos a título de COFINS e PIS durante todo o período da discussão judicial estão provisionados e vem sendo atualizados pela SELIC desde a sua constituição. Cumpre ressaltar que o STF reconheceu a Repercução Geral da matéria, através do RE nº 609.096. Ainda, em relação a mesma controvérsia jurídica, encontra-se afetado no Plenário do STF o RE nº 400.479. Em março de 2012 o TRF acolheu o Recurso de Apelação interposto pela União Federal, mantendo a inconstitucionalidade do tributo sobre a integralidade das receitas da Seguradora e, contra essa decisão foi interposto Recurso Extraordinário para o STF, que se encontra pendente de apreciação. A Seguradora após Medida Cautelar para requerer o efeito suspensivo com a consequente manutenção da inexistibilidade dos tributos. O TRF negou efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário e, ante aquela decisão, foi interposta Medida Cautelar no STF, não contenciosa, com a determinação de que os autos fossem remetidos com urgência ao TRF da 3ª Região, em nova análise, deferiu a liminar e concedeu efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário. Foi proposta Execução Fiscal pela União em face da Seguradora no montante de R\$ 581.045 mil, a Seguradora apresentou exceção de pré-executividade, pendente de decisão. Diante do deferimento da liminar que concedeu efeito suspensivo, a Seguradora peticionou ao Juiz da Execução Fiscal e requereu a imediata suspensão do processo judicial. INSS - Incidente sobre a remuneração paga pela Seguradora a autônomos e pró-labore, exigida na forma da Lei Complementar nº 84/96, referente a dezembro de 1996 que foi depositada em juízo conforme autorização judicial. Em processo similar, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade da referida contribuição (ADIN nº 1.432-3 DF), jurisprudência que motivou a classificar o risco como possível. PIS - A Seguradora possui sentença em 1ª instância na discussão do PIS instituído pelas Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 nos períodos de janeiro a junho de 1996 e de julho de 1997 a fevereiro de 1998, os valores não recolhidos atualizados pela SELIC até dezembro de 2012 são de R\$ 9.960 mil (R\$ 9.792 mil em dezembro de 2011). A probabilidade de perda deste processo foi analisada como remota, motivo pelo qual não foi constituída a provisão para perdas. Trabalhistas e civis: Trabalhistas - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista (principalmente horas extras) que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora. Cível - Referem-se a reclamações movidas por funcionários de empresas terceirizadas pleiteando direitos que adviriam de suposto vínculo empregatício e a reclamações de natureza civil oriundas da negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro. A provisão foi constituída com base na análise da Administração dos riscos e histórico de perdas.

b) Movimentação:

| | I - Fiscais | II - Trabalhistas | III - Cíveis | Total |
|---------------|-------------|-------------------|--------------|---------|
| Saldo inicial | 412.792 | 6.047 | 4.000 | 422.839 |
| Constituições | 100.780 | 2. | | |

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em Outros créditos operacionais estão registrados, substancialmente, o diferimento do agenciamento referente a contratos de comercialização em canais affinity, em que o percentual calculado e o prazo para diferimento das despesas de comercialização são estipulados em cada contrato individualmente, de acordo com a característica da operação.

b) O prazo de permanência de Salvados no estoque é de até 365 dias, de acordo com a política de registro e baixa praticada pela Seguradora.

c) Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais. A aplicação deste normativo para a Seguradora implicará na reversão da Provisão Complementar de Prêmios - PCP que poderá ser realizada em sua totalidade ou gradualmente, com prazo limite para a reversão integral até 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da Provisão Complementar de Prêmios- PCP bruta de resseguro é de R\$ 31.654 mil e R\$ 15.807 mil, líquida de resseguro.

25. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOPTADAS ANTECIPADAMENTE PELA SEGURADORA

As revisões da IAS 32 “Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros” explicam o significado de

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas da **MAPFRE Seguros Gerais S.A.**

CNPJ 61.074.175/0001-38

1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da MAPFRE Seguros Gerais S.A. com data-base de 31 de dezembro de 2012, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nº 272/2004, 457/2012 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.

2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da MAPFRE Seguros Gerais S.A., referentes a 31 de dezembro de 2012, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não ganhos, provisão de

“atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. As revisões da IFRS 7 “Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros” exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013. O IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” (emitido em novembro de 2009) é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 introduz exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros no momento de sua adoção. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. A IFRS 13 “Mensuração do valor justo” estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas

prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos, provisão complementar de prêmios, provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.

3. Com a comprovação de suficiência na Provisão de Prêmios Não Ganhos, não houve necessidade da constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios devido ao equilíbrio técnico-atuarial da carteira.

4. Nossa avaliação foi conduzida de acordo com as metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil, internacionalmente aceitos, e compreenderam em analisar a adequação das Provisões Técnicas constituídas e a movimentação da carteira por ramo de seguro. Assim, verificamos a precisão dos dados, a metodologia e consistência das Provisões Técnicas constituídas, bem como a movimentação na carteira por tipo de ramo de seguro, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

a) A Seguradora registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que requerem a constituição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP, conforme divulgado na Nota 3 m. Como pode ser aferido de sua fórmula de cálculo, a PCP não é constituída com base nos riscos vigentes na data de sua constituição ou na data do encerramento das demonstrações financeiras e, portanto, não representa um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Seguradora, decorrentes de contratos de seguros em vigor. Como consequência do registro da PCP o patrimônio líquido está subavaliado em 31 de dezembro de 2012 em R\$ 15.847 mil, líquidos de resseguro, sendo R\$ 8.771 mil líquidos dos efeitos tributários, e o resultado do exercício findo em 2012 está subavaliado em R\$ 984 mil, sendo R\$ 544 mil, líquidos dos efeitos tributários.

b) A Seguradora possui a totalidade das ações da MAPFRE Affinity Seguradora S.A. que é avaliada com base no método de equivalência patrimonial. Essa controlada utiliza como critério contábil as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que requerem a constituição da Provisão Complementar de Prêmios- PCP. Nesse contexto, a participação societária registrada

fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Dando continuidade à estratégia para a formação da parceria entre os Grupos MAPFRE e Banco do Brasil, sob a perspectiva da reestruturação operacional, a carteira de seguros de automóvel, comercializada no canal bancário, foi transferida para a Brasilveículos Companhia de Seguros em 1º de janeiro de 2013, empresa originalmente detentora dessa carteira. Referida operação foi aprovada através da Carta SUSEP/SEGER nº 385/2012 de 24 de outubro de 2012 e comunicada pela Seguradora no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 2012. **b)** Em 14 de março de 2012 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou por unanimidade a parceria entre Banco do Brasil e MAPFRE Seguros, porém determinou a venda da carteira de seguro rural da MAPFRE. A operação visa que o Grupo BBMAPFRE, em relação ao mercado de seguro rural, volte aos níveis de participação que a Companhia de Seguros Aliança do Brasil (Seguradora do Grupo BBMAPFRE) detinha antes da formação da parceria. Com base nessa determinação, em 11 de setembro de 2012 a Seguradora firmou instrumento particular de venda da carteira com a Companhia Excelsior de Seguros. Em 21 de dezembro de 2012 foi protocolado junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) o pedido da referida operação, cujo aval, sem restrições, foi concedido pelo órgão e publicado no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2013.

5. Com base nos estudos efetuados, as Provisões Técnicas acima referidas apresentam-se adequadas em todos os aspectos relevantes no que diz respeito às melhores práticas atuariais e estão refletidas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012, com valores consistentes.

6. Este Parecer é parte integrante do Relatório de Avaliação Atuarial.

São Paulo, 25 de janeiro o de 2013.

| | |
|--|---|
| Jabis de Mendonça Alexandre Diretor Responsável Técnico | Vera Lúcia Fernandes Lopes Atuária Responsável Técnica MIBA nº 817 |
|--|---|

na rubrica de investimentos, referentes a essa controlada, está subavaliado no montante de R\$ 13.799 mil, líquidos de resseguro e efeitos tributários, e o resultado de 2012 superavaliado no montante de R\$ 2.222 mil, líquidos de resseguro e dos efeitos tributários.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que foi reapresentada pelo método indireto conforme divulgado na nota explicativa 2 (b). Em nossa opinião esta demonstração está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Quality In Everything We Do

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz

Contador CRC-1SP198827/O-3

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, composto por três membros, é instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 118, de 22 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados, com alcance sobre a MAPFRE Seguros Gerais S.A.

O Comitê tem como principais atribuições: revisar as demonstrações financeiras quanto à qualidade e à integridade; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna por meio do acompanhamento da sua atuação, da qualidade dos seus trabalhos, da sua independência e do cumprimento das demais exigências legais e regulamentares; avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos à luz das normas aplicáveis, evidenciando eventuais deficiências identificadas.

O Comitê realiza suas avaliações com base nas informações e documentos recebidos da Administração, dos auditores externos, da Auditoria Interna, dos gestores de riscos e controles, bem como nas suas próprias análises.

O Comitê exerce suas atividades com independência, reportando-se ao Conselho de Administração da empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A.. Para o exercício de sua missão institucional, reuniu-se mensalmente no período de janeiro a dezembro de 2012, fez diligências e requisições de documentos e informações. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Sistema de Controles Internos

Em 2012, o Comitê reuniu-se com representantes da Administração para acompanhar a evolução da

estrutura e funcionamento de diretorias e unidades e avaliar aspectos relativos aos controles internos.

Com base nas atividades que desenvolveu, nas informações levadas ao seu conhecimento e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera adequado o Sistema de Controles Internos da Companhia.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da empresa.

Auditoria Independente

O Comitê avalia como satisfatória a qualidade das informações fornecidas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados.

Canal de Comunicação

O Comitê acompanha a natureza, as características, os objetivos e a dinâmica de funcionamento dos canais operados pela Companhia e, com base nas informações recebidas, concluiu que os canais instituídos atendem

a determinação do art. 17, inciso VI, da Resolução CNSP nº 118/04.

O Comitê definiu modelo e fluxo de tratamento de ocorrências relacionadas aos arts. 29 e 30 da mencionada Resolução. Em 2012 não foram trazidas ao conhecimento do Comitê quaisquer ocorrências.

Demonstrações Financeiras

Ao longo de 2012, o Comitê acompanhou a evolução dos procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da Administração. A respeito, debateu com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. e com os executivos responsáveis. Foram também examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à publicação, as demonstrações contábeis da MAPFRE Seguros Gerais S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, inclusive notas explicativas, relatórios da Administração e da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., concluindo que, ponderados a manifestação do Auditor Independente relativa ao registro da PCP e os aspectos de regulação envolvidos, tais documentos estão adequados e foram produzidos de acordo com as normas legais aplicáveis.

São Paulo (SP), 19 de fevereiro de 2013.

Egídio Otmar Ames - Coordenador

Carlos Eduardo da Silva Monteiro - Membro Titular

Ilenor Elemar Zingler - Membro Titular

DIRETORIA

| | | | |
|--|---|---|---|
| Marcos Eduardo dos Santos Ferreira Diretor Presidente Roberto Barroso Diretor Vice-Presidente | Alencar Rodrigues Ferreira Júnior Benedito Luiz Alves Dias Carlos Alberto Landim | Dircceu Tiegs Jabis de Mendonça Alexandre Luiz Gustavo Braz Lage | Maurício Galian Wady José Mourão Cury Sérgio Ricardo Miranda Nazaré Raphael de Luca Júnior |
|--|---|---|---|

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP18371/O-5

ATUÁRIA

Vera Lúcia Fernandes Lopes - Registro MIBA nº 817